



Índice

- 01** Cadastro Único garante acesso a programas sociais do governo federal
- 02** INSS e Funai terão parceria para cadastrar segurados indígenas
- 03** Funai investiga fraude de R\$ 500 mil em compra de combustíveis em MS
- 04** Sanesul recebe até amanhã inscrições para concurso com salário de R\$ 3,8 mil
- 05** Índios dizem que só vão deixar prédio da Saúde se houver troca de chefe
- 06** Garantia de direitos indígenas ainda é desafio
- 07** Conflito entre grileiros e retireiros “fecha” a cidade de Luciara, MT
- 08** Fogo consome quase 20% da Terra Indígena Marãiwatsédé
- 09** Projeto contra direitos indígenas de Romero Jucá tem previsão de tramitação rápida





Cadastro Único garante acesso a programas sociais do governo federal

SÍTIO DOURADOS AGORA, 24.09.2013

Atualmente, 18 programas voltados para a população de baixa renda utilizam a base de dados como referência.

Cerca de 25,8 milhões de famílias estão inscritas e representam mais de 40% da população brasileira.

Uma base de dados com informações sobre cerca de 25,8 milhões de famílias brasileiras e principal ferramenta para construção de políticas públicas voltadas à redução da pobreza e das desigualdades no Brasil, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é referência, atualmente, para 18 programas e ações da União voltados à população de baixa renda.

O número de famílias inscritas corresponde a 82,4 milhões de pessoas, ou seja, mais de 40% da população brasileira.

O público prioritário do Cadastro Único é formado por 18,5 milhões de famílias que recebem, por mês, até R\$ 140 por pessoa. Destas, 13,8 milhões são atendidas pelo Programa Bolsa Família.

Outras 7,3 milhões de famílias têm renda que varia entre R\$ 140,01 mensais por pessoa ou possuem renda familiar total de até três salários mínimos.

Segundo a diretora do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Cláudia Baddini, o instrumento dá maior visibilidade a uma população que antes não tinha políticas públicas específicas.

“Normalmente, as pessoas mais pobres têm mais dificuldades de acessar direitos, bens e serviços que o governo oferece.

Com o Cadastro Único, o governo passa a reconhecer a existência dessas pessoas e a abrir portas para o sistema de proteção social mais amplo.”

Para se inscrever, a pessoa deve procurar a prefeitura do município ou o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) mais próximo.

É necessário ter uma pessoa responsável para responder às perguntas do cadastro.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2013

Brasília, 24 de setembro de 2013.

Ela deve fazer parte da família, morar na mesma casa, ter pelo menos 16 anos e apresentar CPF ou Título de Eleitor. Recomenda-se que seja, de preferência, mulher.

Para as demais pessoas da família, o responsável deve levar pelo menos um dos seguintes documentos de cada um: Certidão de Nascimento; ou Certidão de Casamento; ou CPF; ou Carteira de Identidade (RG); ou Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI); ou Carteira de Trabalho; ou Título de Eleitor.

Não é obrigatório levar comprovante de residência, mas o documento ajuda no preenchimento correto do endereço.

“Além de provar a informação do endereço, levar a conta de luz pode ajudar a família a ter desconto todos os meses na conta de energia elétrica por meio da Tarifa Social de Energia Elétrica, que varia de 10 a 65%, dependendo do consumo da família com renda de até meio salário mínimo”, afirma a diretora do MDS.

Busca ativa

O governo federal pretende, ainda, localizar e incluir no Cadastro Único para Programas Sociais todas as famílias que se encontram na extrema pobreza e em vulnerabilidade social por meio da estratégia de Busca Ativa, do Plano Brasil Sem Miséria.

Além de mutirões, as prefeituras podem destacar equipes para fazer visitas domiciliares. “Essas pessoas se identificam com documentos da prefeitura.

E vão mostrar o formulário do Cadastro Único, da cor verde, escrito CADASTRO ÚNICO”, explica Cláudia Baddini.

Ela ainda ressalta que, para acessar qualquer um dos programas que utilizam o Cadastro Único como fonte de informação sobre os beneficiários, é importante manter as informações atualizadas.

“A família deve sempre comunicar essa alteração quando houver alguma mudança na composição familiar: se nasceu uma criança ou faleceu alguém, se houve mudança de endereço, entre outras”, exemplifica.

Mesmo sem nenhuma mudança na situação familiar, é obrigatório atualizar o cadastro a cada dois anos.

Programas e ações federais que utilizam o Cadastro Único

Aposentadoria para Pessoa de Baixa Renda

Auxílio Emergencial Financeiro – Bolsa Estiagem

Programa Brasil Alfabetizado - PBA

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 173/ 2013

Brasília, 24 de setembro de 2013.

Carta Social

Carteira do Idoso

Política de Cisternas

Isenção de taxa para concursos públicos

Passe Livre

Programa Bolsa Família

Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti

Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais - Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Programa Mais Educação

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec

Programa Minha Casa, Minha Vida

ProJovem Adolescente - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos

Tarifa Social de Energia Elétrica

Telefone Popular (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)



INSS e Funai terão parceria para cadastrar segurados indígenas

SÍTIO DOURADOS AGORA, 24.09.2013

A Fundação Nacional do Índio (Funai) será parceira de um novo sistema de cadastramento do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para administração de informações do Segurado Especial Indígena.

A decisão foi publicada no Diário Oficial da União de quarta-feira (11).

Será considerado como Segurado Especial o índio reconhecido pela Funai independentemente do local onde resida, desde que exerça atividade rural em regime de economia familiar e faça dessas atividades o principal meio de vida e sustento.

O trabalhador caracterizado como rural pode ser proprietário, meeiro, arrendatário ou ter outro tipo de ligação com a produção rural.

A atividade de seringueiro ou extrativista vegetal também é considerada como produção rural, desde que feita de modo sustentável e com recursos naturais renováveis.

Com um acordo de cooperação técnica assinado em 2009, a Funai passou a ter a responsabilidade de cadastrar os índios no próprio sistema do INSS, na categoria Segurado Especial.

Os dados para cadastramento serão obtidos por meio de inscrição e certificação dos períodos de exercício de atividade do indígena, além de declaração anual confirmando a manutenção desta condição, que será realizada por servidores públicos da Funai, mediante sistema informatizado disponibilizado no site da Previdência Social.

O Segurado Especial tem direito a benefícios como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, salário maternidade e auxílio-acidente.(Funai)



Funai investiga fraude de R\$ 500 mil em compra de combustíveis em MS

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 24.09.2013

Fraudes na utilização de cartões corporativos da administração regional da Funai (Fundação Nacional do Índio) de Campo Grande fez com que o corregedor nacional do órgão, Francisco Arruda, instaurasse sindicância para apurar denúncias de compra irregular de combustíveis. A estimativa é de que mais de R\$ 500 mil foram desviados e até utilizados para enriquecimento ilícito de servidores nomeados.

Após ser notificado de gastos em excesso com compra de gasolina, etanol e diesel em postos de combustíveis de Campo Grande, o assistente administrativo da Funai de Miranda, Fernando Jorge, descobriu que era uma das vítimas de fraudes em cartões corporativos.

"Fui notificado sobre a quantidade de notas de combustível sem nenhuma ordem de serviço expedida", contou Fernando revelando que os gastos irregulares duraram pouco mais de 10 meses. O servidor revelou que as notas começaram a ser emitidas no dia 8 de dezembro de 2011 e foram até o dia 29 de outubro de 2012.

Ao todo, quatro cartões corporativos foram emitidos com o nome e o CPF (Cadastro de Pessoa Física) de Fernando. Em todos os pagamentos, constam os dados do assistente administrativo. "Foram compras de gasolina e etanol, mas tem óleo diesel e óleo de motor. Pelo jeito, quem fez isso usou de todos os artifícios para 'empurrar' mais gastos nas notas", acredita.

O assistente ainda afirma que nunca utilizou veículos da Funai para o trabalho. Ele revelou que é funcionário da fundação desde 1989 e está lotado na unidade de Miranda desde 2002. "Nunca usei carro da Funai, tenho carro próprio e o meu é a gasolina. Porque eu abasteceria com diesel?", questionou lembrando que só em seu nome existem gastos de R\$ 25 mil.

Gastos excessivos e corriqueiros – Segundo Fernando, o advogado do Sindsep-MS (Sindicado dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso do Sul), Joel Lima França, que atua na defesa de Fernando e de outros servidores que tiveram o nome utilizado irregularmente, acredita que o valor total em notas frias da Funai ultrapassa os R\$ 500 mil.

"Estimam que 99% dos servidores têm notas de posto de combustível sem ordens de serviço. O importante agora é descobrir como eles [fraudadores] conseguiram usar o CPF dos servidores", explica.

Além das fraudes em Campo Grande com o servidor de Miranda, o sindicato trabalha com a hipótese de irregularidades nas unidades de Brasilândia, Sidrolândia e Corumbá. "Tudo quanto é regional do Estado está envolvida", garante.

CONT.



“A gente não pode afirmar quem é, mas pessoas que a gente desconfia, hoje estão bem de vida. De uma hora pra outra, com carro zero, casa nova. Agiram de má fé. São servidores que foram nomeados, de acordo com interesses políticos”, afirma.

A sindicância para investigar o desvio de verbas foi publicada no Boletim de Serviços da Funai do dia 1º de julho e assinada por Francisco Arruda. O prazo estipulado para a conclusão dos trabalhos foi de 60 dias, com término previsto para início de setembro. No entanto, em nova publicação, o corregedor prorrogou para início de novembro o prazo para a conclusão da apuração.

Além de denúncias contra Funai, acusações sobre desvio de dinheiro para compra de combustíveis também pesam contra a administração regional da Funasa (Fundação Nacional da Saúde) em Campo Grande. Cerca de 10 funcionários estariam envolvidos em desvio de R\$ 200 mil da fundação.

Silêncio – A reportagem do Campo Grande News entrou em contato com as administrações regionais de Campo Grande da Funai e da Funasa, assim como os órgãos em Brasília (DF). No entanto, até o fechamento desta matéria, nenhuma assessoria de imprensa respondeu os questionamentos do jornal



Sanesul recebe até amanhã inscrições para concurso com salário de R\$ 3,8 mil
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 24.09.2013

A Sanesul (Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul) recebe até amanhã as inscrições para concurso público com 49 vagas. O salário inicial será de R\$ 3.839,53 e os interessados devem ter ensino superior completo.

A taxa de inscrição é de R\$ 143,36. A prova está prevista para ser realizada no dia 10 de novembro em Campo Grande. Os candidatos irão passar pela avaliação objetiva escrita e depois pela prova de títulos.

Serão reservadas 5% das vagas para pessoas com deficiência, 10% para negros e 3% para índios. Os candidatos que se enquadrarem nestas descrições devem enviar solicitação até o dia 25 de setembro. Os deficientes auditivos e visuais devem requisitar com antecedência atendimento especial.

Serão 42 vagas para Campo Grande, nas seguintes áreas: administrador (4), advogado (3), analista de tecnologia da informação em análise de sistema (2), analista de tecnologia de informação DBA (1), analista tecnologia em infraestrutura (1), arquiteto (1), assistência social (1), biólogo (1), contador (1), economista (2), engenheiro civil (12), engenheiro sanitário (4), engenheiro mecânico (1), geólogo (1), jornalista (1), médico do trabalho (1), psicólogo (2) e químico (1).

Nos municípios de Aquidauana, Corumbá, Dourados, Jardim, Naviraí, Ponta Porã e Três Lagoas, há uma vaga para engenheiro civil. Os interessados devem acessar www.concurso.ms.gov.br



Índios dizem que só vão deixar prédio da Saúde se houver troca de chefe
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 23.09.2013

Responsável pela saúde de 68,8 mil índios de 13 aldeias de Mato Grosso do Sul, o Dsei (Distrito Sanitário Especial Indígena), criado há 3 anos, trata os índios com descaso, segundo relatos dos indígenas. A revolta é tanta que os 45 índios que ocuparam a sede do órgão em Campo Grande, na manhã de ontem (18), continuam no local e prometem só sair do prédio se houver diálogo com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Os indígenas, em maioria da etnia Terena, vieram de várias aldeias do Estado. Eles exigiram uma conversa com o chefe do Dsei, Nelson Olazar, mas afirmam que não foram bem recebidos e uma equipe da Polícia Federal acabou sendo chamada por Olazar.

Diante da falta de diálogo, os indígenas ocuparam o prédio localizado na Via Park e afirmam que não irão sair do local. A expectativa é que mais índios de outras regiões do Estado se juntem ao movimento e a ocupação aumente nos próximos dias.

Entre os indígenas, o pedido é unânime, todos querem a saída do chefe. As reclamações são inúmeras, mas a principal é não haver ambulâncias e veículos suficientes para transportes de doentes.

Na região de Ipegue, em Aquidauana, a 135 quilômetros da Capital, mais de 7 aldeias são atendidas pelo Dsei. Pedro Terena, de 47 anos, conta que a falta de estrutura é tanta que cinco pacientes que fazem hemodiálise são levados na carroceria de um veículo.

“É a nossa situação mais grave. Esses pacientes vão três vezes por semana para a cidade e não têm veículo adequado. Nós só queremos o básico que é a dignidade para o nosso povo”, explica.



Garantia de direitos indígenas ainda é desafio
SÍTIO ADITAL, 24.09.2013

Os povos indígenas do Brasil não têm conseguido dormir. Perseguidos por fazendeiros e até mesmo pela população, os povos tradicionais podem até ter a sua terra demarcada, mas isso não significa que os seus direitos estão sendo respeitados. Em diversos pontos do país, a violência e a falta de assistência assombram as comunidades indígenas que lutam pela sobrevivência de suas tradições.

Para os moradores do território indígena de Tupinambá de Olivença, situado no sul da Bahia, os episódios de agressão se intensificaram nos últimos dois meses. As lideranças indígenas são constantemente ameaçadas por pistoleiros que circulam pela região desde 2009, mas, conforme o diálogo com os fazendeiros da região foi se tornando mais difícil, casas foram incendiadas e indígenas foram perseguidos, espancados e assassinados. É o que conta Potyra Tê Tupinambá, advogada indígena e militante social pelos direitos humanos:

- No Brasil inteiro existe essa ação violenta do agronegócio contra os indígenas. Os fazendeiros não querem a demarcação e nos chamam de "supostos índios", argumentando não ser necessária uma área tão grande para nós.

O povo de Tupinambá de Olivença ainda está no processo de demarcação de terra. De acordo com Potyra, o território designado a eles é de pouco mais de 47 mil hectares. Antes, o espaço era maior, mas os indígenas concordaram em diminuir a área para entrar em acordo com os fazendeiros e evitar o conflito.

- Agora eles querem negociar para diminuir ainda mais. E não temos ajuda nenhuma... A Força Nacional foi enviada para cá e ainda assim dez casas foram incendiadas. A imprensa local também está contra nós, pois compraram o discurso do agronegócio de que somos supostos índios e invasores de terra – relata Potyra.

Para Delzi Castro, membro do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), os povos indígenas no país sofrem um abandono moral e social por parte das autoridades e grande parte da população, que não os reconhece como cidadãos. A Fundação Nacional do Índio (Funai), que deveria ser responsável pela assistência aos povos indígenas, não recebe a infraestrutura necessária pelo Governo Federal para funcionar apropriadamente.

CONT.



- Não é do interesse de muita gente ver as terras indígenas demarcadas. É possível ver nas audiências públicas a clara intenção de exterminar os povos indígenas, porque acham que isso daria um fim aos conflitos pela terra, já que esses povos têm o mais legítimo direito à posse. Muitos não veem os indígenas como cidadãos, que têm direito à terra, à saúde, à educação... E a mídia incentiva essa ideia, já que interessa ao governo estadual e municipal. Tirando o Ministério Público Federal, não temos a quem recorrer – afirma Delzi.

Para esclarecer as medidas que estão sendo tomadas para solucionar o problema no sul da Bahia, a Funai divulgou uma nota onde informa ter instalado uma sala de situação com representantes dos governos estadual e federal, assim como das forças de segurança envolvidas no conflito. A participação popular no processo não foi definida na nota. O objetivo é a construção de um plano de segurança conjunto para a região. Sobre a influência da mídia local no conflito, a Funai declarou:

"Neste ponto, destacamos que já estão sendo analisadas denúncias de veículos de informação que estariam incentivando conflitos a nível regional, com a propagação de informações sem fundamento e comprovação, com o objetivo justamente de intensificar os conflitos".

Por sua vez, o Governo Federal parece estar cada vez mais influenciado pela bancada ruralista, que tradicionalmente defende os interesses do agronegócio. Uma série de propostas têm surgido com o objetivo de mudar as regras no processo de demarcação de terras indígenas, notadamente o Projeto de Lei Complementar 227, que permite a abertura das terras indígenas para qualquer tipo de uso.

Um novo Projeto de Lei Complementar apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) coloca mais uma vez a sobrevivência dos povos tradicionais em risco. A proposta é incluir na definição de área de interesse público "as rurais já antropizadas em 5 de outubro de 1988, cuja produtividade atenda a função social da terra". Ou seja, alguns espaços poderiam ser excluídos da delimitação de terras indígenas. Caso a área seja comprovadamente indispensável para a comunidade indígena, uma compensação está em vista, dando direitos ao titular da propriedade que não estão previstos na Constituição. Enquanto isso, os indígenas continuam em busca da garantia dos seus direitos básicos.



Conflito entre grileiros e retireiros “fecha” a cidade de Luciara, MT
SÍTIO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 24.09.2013

Na madrugada desta segunda-feira, 23, dois tiros foram disparados contra a casa do diácono José Raimundo Ribeiro da Silva (Zecão), agente da Prelazia de São Félix do Araguaia, em Luciara, região Norte Araguaia, no Mato Grosso. O clima na cidade de pouco mais de dois mil habitantes é tenso desde a semana passada, quando na quarta-feira (18) a casa no retiro do líder dos retireiros, Ruben Eterny Sales, foi queimada.

Desde sexta-feira (20) o comércio da cidade foi fechado, a rodovia MT 100 - que dá acesso à cidade - foi bloqueada, máquinas foram colocadas na pista de pouso do aeroporto da cidade e foram montadas estratégias para evitar a chegada de pessoas pelo rio para evitar uma suposta visita de membros do Instituto Chico Mendes à cidade, que estaria marcada para o sábado, para a implantação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), de 110 mil hectares. A ação foi coordenada pela Associação dos Produtores da região e tem a participação de quase todos os vereadores da cidade.

Os proprietários de terras, com medo de que fosse realizada uma Consulta Pública para transformar a área reivindicada pelos retireiros em Reserva de Desenvolvimento Sustentável, barraram, no dia 19, dois geógrafos que iam realizar um trabalho de cartografia social dos retireiros. Dois homens grisalhos, armados, fizeram com que eles entrassem em seu carro e os escoltaram até o entroncamento com a BR 158, onde era o Posto da Mata, a 100 km de Luciara, onde estavam.

Também barraram, por duas vezes, na estrada um ônibus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com pesquisadores e um grupo de alunos de mestrado em geografia que iriam fazer um estudo de campo na região. Os proprietários (na realidade, grileiros) queriam revistar o ônibus, ameaçaram incendiá-lo e proibiram que fossem tiradas fotografias. Também impediram que o grupo seguisse até São Félix do Araguaia.

O trabalho que geógrafos e alunos da UFMT iriam realizar nada tinha a ver com a reserva (RDS), pois todo o trabalho necessário à criação da reserva já havia sido feito, inclusive o mapeamento social dos retireiros.

Na madrugada de sábado último, 21 de setembro, foram incendiados pneus em frente à casa de Ruben, na cidade. Por volta das 7h da manhã, ele surpreendeu dois homens encapuzados com um galão de gasolina prontos para jogá-la sobre o carro de sua esposa.

CONT.



Na noite de sábado para domingo mais uma liderança, Jossiney Evangelista, teve a casa de seu retiro incendiada. Jossiney é índio Kanela, retireiro e vereador da cidade. Ao tentar voltar do seu retiro para sua casa na cidade foi impedido de entrar. Um policial que estava no local, ao ser inquirido por não reagir, disse não poder fazer nada.

A bióloga Lidiane, irmã de Ruben, recebeu ameaças de ser queimada viva em cima de sua moto.

No domingo, a população da cidade foi convocada para um grande churrasco no local do bloqueio da MT 100, de onde partiram em passeata para a cidade. Uma das faixas dizia: "Rubem e Zecão, diácono agente da Prelazia, mentem para o povo de Luciara". E outra: "A Prelazia é o câncer dos trabalhadores Rurais do Araguaia".

Foram feitos contatos com autoridades estaduais e federais, mas até o momento não se tem notícia de nenhuma ação concreta.

O que são Retireiros?

A identidade retireira tem relação com os ocupantes não-índigenas da região do Vale do Araguaia. São pequenos criadores que criam à solta seu gado nas pastagens naturais do cerrado e varjões da região, numa dinâmica de agroextrativismo do capim nativo. É uma prática tradicional, adequada às características ecológicas e sociais locais que se mantém desde a década de 1930, data da presença dos primeiros sertanejos na região de Luciara.

O gado é criado de forma extensiva em terras comuns com pouca alteração da paisagem natural. Nestas áreas há o espaço do retiro, local de moradia e manejo do gado, organizado individualmente ou em grupo. Nos retiros são construídas casas, piquetes para manejo de gado, currais e cisternas. Varjões, lagos, rios, matas não inundáveis e toda a paisagem é de uso comum.

A criação da RDS foi solicitada pelos retireiros, apoiada por professores e alunos da Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat), para garantir a manutenção desta área de exploração coletiva, impedindo que acabasse mercantilizada e colocada sob o domínio de um fazendeiro qualquer. Os retireiros se organizaram na Associação dos Produtores Rurais do Mato Verdinho (Aprumav).



Fogo consome quase 20% da Terra Indígena Marãiwatsédé

SÍTIO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 24.09.2013

Cerca de 20% dos 165 mil hectares da terra indígena xavante Marãiwatsédé foram consumidos ao longo do último mês por focos de incêndios que, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), têm origem criminosa. Um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial.

De acordo com o Ibama, a estimativa é que ao menos 31 mil hectares haviam sido queimados até a última sexta-feira (16), o que representa 18% da área. Brigadistas do Centro Especializado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Prevfogo), do instituto, foram enviados ao local para tentar controlar os focos de incêndio, mas enfrentam dificuldades para trabalhar em função da "ação criminosa de vândalos, que estão ateando fogo em várias partes da terra indígena", conforme informou o Ibama. A presença policial foi requisitada.

Com base em dados de satélites usados para monitorar os focos de calor na região, os técnicos do Prevfogo identificaram, nos últimos 30 dias, 120 focos de incêndio no interior da área indígena. A maioria próxima às rodovias que cortam ou circundam a área indígena. Além dos danos ao meio ambiente, o Ibama alerta para os riscos que as queimadas oferecem para a comunidade indígena e para as propriedades existentes fora dos limites de Marãiwatsédé.

O cacique Damião disse que a suspeita recai sobre antigos posseiros da área, pessoas que, tempos depois de serem retiradas do local, voltaram a se instalar no interior da terra indígena com o pretexto de reivindicar serem alojadas em um local adequado.

"É fogo criminoso. Não temos dúvida nenhuma de que são as pessoas retiradas da área que agora estão dando problemas. Está queimando tudo. Duas pontes foram queimadas", disse Damião, comentando que embora os próprios índios tenham organizado patrulhas para ajudar a impedir o ingresso de não índios, não conseguem deter os criminosos. "A área é grande e eles sabem quando não têm nenhum de nós por perto".

Segundo o secretário nacional de Articulação Social, da Presidência da República, Paulo Maldos, o governo federal não vai permitir que os antigos posseiros retornem ao local. "Aquela é uma área indígena consolidada. O Incra ofereceu aos antigos posseiros [que se encaixam no perfil de beneficiários de programas de reforma agrária], mas muitos nem chegaram a visitar o local e recusaram".

CONT.



A reserva fica na região norte de Mato Grosso, a cerca de 1 mil quilômetros de Cuiabá (MT). Antes, era conhecida como Gleba Suiá Missú, alusão a antiga fazenda de mesmo nome, criada com a ajuda dos índios que, até então, viviam na região. Embora o Estado brasileiro tenha reconhecido e homologado a área como território tradicional indígena em 1998, só em janeiro deste ano o governo conseguiu concluir a retirada dos não índios do local. Ação que, hoje (22), os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Secretaria-Geral da República, Gilberto Carvalho, classificaram como uma "verdadeira operação de guerra".



Projeto contra direitos indígenas de Romero Jucá tem previsão de tramitação rápida
SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 24.09.2013

Proposta deverá ser analisada apenas por comissão e depois pelos plenários do Senado e da Câmara

O projeto do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que restringe drasticamente os direitos de povos indígenas sobre suas terras tem prevista uma tramitação rápida, com pouca discussão.

Ainda sem número, a proposta está hoje na comissão mista – com representantes da Câmara e do Senado – criada para regulamentar dispositivos da Constituição. Caso aprovada, ela segue direto para os plenários do Senado e da Câmara.

O projeto permite excluir de Terras Indígenas (TI), durante a demarcação, fazendas, núcleos urbanos, minas, hidrelétricas e estradas, entre outros, a título de regulamentar o parágrafo 6º do Artigo 231 da Constituição, que estabelece exceções à posse e uso exclusivo das comunidades indígenas sobre suas terras no caso de “relevante interesse público da União” (leia mais).

Na quinta (19/9), Jucá adiou pela terceira vez a apresentação de seu relatório. Desta vez, a pedido de parlamentares que não puderam participar da reunião do colegiado. Em entrevista ao ISA, no entanto, ele disse que espera votar seu parecer em 15 dias. Nesse período, não estão previstas audiências públicas ou reuniões para ouvir os setores interessados.

“Estamos apresentando o relatório definindo o que é prioritário, o que é estratégico para o Poder Público federal no caso de demarcação de terras indígenas”, comentou o senador. Ele diz que enviou à Casa Civil e ao Ministério da Justiça seu texto, mas que ainda aguarda respostas sobre o assunto desses órgãos.

O governo deverá apoiar o projeto como uma alternativa à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere do Executivo ao Legislativo a prerrogativa de aprovar as demarcações e é uma bandeira ruralista.

Num encontro com representantes da bancada do agronegócio, na quarta (18/9), o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, admitiu que avalia a regulamentação do parágrafo 6º do Artigo 231 como alternativa interessante, mas não apontou qual texto o governo pretende cancelar, segundo nota do site do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) (leia aqui) .

CONT.



O presidente da comissão mista, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), apoia o projeto de Jucá. Depois da reunião da comissão, na quinta, disse que a proposta deve dividir tanto o PT quanto o governo. Ex-líder do governo e parlamentar influente, Vaccarezza acredita, no entanto, que, afinal, a proposta terá o aval da presidenta Dilma Rousseff. "No governo, quem dá a posição final é a presidente", comentou.

A tendência é que os próprios ruralistas sigam pelo caminho de regulamentar o parágrafo 6º, já que a alternativa tem o apoio do governo, um trâmite e quórum de aprovação mais simples que os de uma PEC.

A disputa deverá recair sobre qual projeto e qual casa do Congresso terá a primazia sobre o assunto. Os ruralistas seguem pressionando o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), a colocar em votação um requerimento de urgência para apreciação no plenário do Projeto de Lei Complementar (PLP) 227, com teor muito semelhante ao texto de Jucá (veja aqui).